

O Partido dos Trabalhadores e o Marxismo¹

Alexandre dos Santos Lopes.

Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
e-mail: alelopes66@gmail.com

¹ Trabalho apresentado no Quinto Congresso Uruguaio de Ciência Política. Que tipo de democracia para Ciência Política? Associação Uruguaia de Ciência Política, 7-10 de Outubro de 2014.

Resumo

Este presente artigo tem como propósito central discutir as tendências marxistas presentes na atuação política do Partido dos Trabalhadores, entre os anos de 1987 a 1991. Uma investigação sobre a conjuntura política da década de 1980 e início de 1990, analisando o comportamento político dos partidos e, sobretudo do PT. Analisamos também a dinâmica assumida pelas tendências internas, ou seja, dos agrupamentos partidários que fazem parte da construção petista e da definição de sua identidade. Para isso foi necessário analisar os documentos oficiais do período delimitado, assim como publicações realizadas em jornais, revistas, dissertações e teses, que são muito variadas neste momento histórico que estamos vivenciando, pois, o Partido dos Trabalhadores chega a Presidência da República. Evidenciamos que o PT a partir de 1987, ano de seu 5º Encontro Nacional, opta pela luta institucional, abandonando de fato o marxismo e afastando-se das reivindicações populares, que de certa maneira estavam presentes em suas formulações, influenciadas pelas organizações marxista-leninistas e também as de tradição trotskista. A preferência petista pela institucionalidade deve-se em muito as transformações ocorridas no cenário internacional e nacional, com a queda do muro de Berlim e o fim do “socialismo real”, com a introdução do neoliberalismo, o que possibilitou ao PT assumir uma nova postura organizativa.

Palavras Chave: Partido dos Trabalhadores, Marxismo, Metamorfose.

1.0. Introdução.

Em uma pesquisa dedicada à ciência política para a compreensão da dinâmica assumida pelos partidos políticos, torna-se necessário à adoção de pressupostos metodológicos para se alcançar os objetivos delimitados. Os objetivos deste artigo é a compreensão dos partidos políticos brasileiros, ou seja, resgatar a as tendências marxistas presentes na atuação política do PT.

Uma contribuição muito importante para que possamos entender a trajetória dos partidos políticos está fundamentado em parte, em, O moderno príncipe (Gramsci: 2000), foi a escolha ao debate a ser estabelecido, para podermos traçar metodologicamente pressupostos da forma e das bases programáticas assumidas, por um partido político, em um determinado momento histórico.

Em sua apreciação sobre quem representaria o Príncipe de Maquiavel na sociedade moderna, o partido ganha destaque por representar a complexidade da sociedade no qual está situado, com a tarefa de efetivar uma ação para alcançar a existência de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada pela ação, ou seja, na filosofia da práxis, onde aparece na visão do autor, “seria a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a ser tornar universais e totais.”

Para Gramsci (2000) o partido deve assumir uma postura que contenham ideias sobre a importância das concepções democráticas, guiadas pela vontade de transformação social, que deve ser demonstrada da ação através vontade coletiva. Define vontade como algo que seja trabalhoso na necessidade histórica. Ao levantar a questão, “quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? (Gramsci: 2000; p. 17). Responde ser possível através da análise histórica da estrutura social de um país. Aborda ainda a questão de que seria impossível a formação de uma vontade coletiva se os trabalhadores não entrarem impetuosamente na vida política. O partido aparece como aquele que deva ser o que torna público e organiza a uma reforma intelectual e moral, ou seja, propicia um novo espaço para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular, que possibilite a organização de uma nova sociedade.

Ao falar sobre os aspectos teóricos e práticos do economicismo, afirma que a ideologia liberal é a proposta das classes dominantes, ressalta que o grande erro dos liberais em seu pensamento, estava baseado na separação entre sociedade política e sociedade civil, colocando que a atividade econômica é realizada pela sociedade civil e

que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. O sindicalismo teórico faz parte das classes subalternas, ou seja, dos trabalhadores, que por meio dessa percepção liberal é impossibilitada de ser tornar dominante, de conquistar uma hegemonia ético-política na sociedade civil e tornar-se dominante no Estado. Assim os adeptos ao pensamento liberal não pretendem transformar o Estado, mas somente sua orientação governamental, dito de outra forma, trata-se do revezamento dos partidos políticos no governo.

Todo partido representa a expressão de um grupo social exercendo uma função de harmonia e de decisão entre os interesses de classe do qual o Novo Príncipe representa, fazendo com que o desenvolvimento de seus militantes se dê através do consenso e com o apoio de seu arco de alianças, a conquista de um novo Estado.

O item que trata dos aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica, Gramsci (2000), levanta a discussão abordando que quando acontecem determinadas crises seus militantes abandonam seus partidos não o reconhecendo mais como expressão de sua própria classe. Afirmar que as crises acontecem devido a um fracasso do setor dirigente, ou porque suas tendências internas passaram a realizar determinadas reivindicações, define assim o autor, como crise de hegemonia, ou crise de Estado em seu conjunto. Afirmar que as organizações políticas nascem com o propósito de dirigir ações políticas em momentos fundamentais aos grupos que representa, no entanto, nem sempre conseguem adaptar-se às novas épocas, nem sempre conseguem desenvolver-se conforme o conjunto das relações de força. Alerta para o surgimento de uma burocracia que pode vir a ser um elemento que se constituiu e implementa uma visão na qual não considera mais a importância da luta social.

Outras pontuações metodológicas postas por Gramsci são fundamentais para a compreensão destas questões, e que sugerem que a história do Partido Comunista está intimamente ligada à história de um país e paralelamente, a trajetória de seus militantes. De certa forma essa história é também umbilical a história do Brasil e como diria Gramsci, em um de seus últimos trabalhos referenciais sobre a questão:

será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos afins, adversários, inimigos. Somente o quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que

resultará a história de um determinado partido; por isso, pode dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país. (Gramsci: 2000, p. 87).

Segundo os fundamentos metodológicos assumidos neste artigo, entendemos que a história de um partido só pode ser adequadamente compreendida se levarmos em conta as relações entre a organização e sua época, destas relações, as principais dizem respeito ao conflito existente entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, tanto em escala internacional quanto nacional, tanto externa quanto internamente ao partido.

O desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores, o que inclui a guinada à direita das opiniões do PT acerca da sociedade brasileira, inclusive de suas posições programáticas e estratégicas, só pode ser adequadamente compreendido se levarmos em conta o conflito de classes existentes na sociedade e no interior do próprio partido, representada pela constelação de organizações e tendências políticas presentes aos debates, Encontros e Congressos. Deste conflito de classes, a relação capital/trabalho assume um significado preponderante no campo da luta política. O conflito entre as classes sociais assume diferentes formas, que estão relacionadas às variadas razões que fazem da burguesia, a classe dominante em nossa sociedade.

A dinâmica assumida pela sociedade brasileira no pós Segunda Guerra Mundial acentuou e agravou a situação da classe operária. A entrada de fato em uma economia mundial monopolista, fez com as forças progressistas (populares) entrassem em constante luta contra o capital. As organizações que aderiram à luta armada representaram um grande exemplo destas lutas travadas contra o capital, onde o objetivo central era promover a revolução socialista. Os partidos políticos que se posicionaram contra o processo que se instalou no Brasil, em 1964, sofreram diversas dissidências e a grande maioria foi desbaratada pela polícia política.

Seguindo os pressupostos metodológicos traçados por Antônio Gramsci, quando afirma, que escrever a história de um partido é reescrever a história de um país, discutiremos as organizações marxistas presentes no surgimento do Partido dos Trabalhadores, para compreendermos a dinâmica dos partidos políticos.

1.1. As organizações presentes na formação do PT.

No Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação convivem diversas organizações e tendências, em seu interior. A partir de 1983, convivem dois grandes blocos: a Articulação e as “tendências minoritárias”. A Articulação reúne militantes não (ou não mais) vinculados a grupos organizados: sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta ALN e, a partir de 1987, os dissidentes do grupo trotskista, O Trabalho. Na presente análise, assume-se que a Articulação seja a tendência majoritária existente no PT. Vinculam-se à Articulação, entre outros, Luís Inácio da Silva (Lula); José Dirceu; Olívio Dutra; Luís Gushiken; Jair Menegueli; Aloizio Mercadante, Plínio de Arruda Sampaio.

Conforme indica Clóvis Bueno de Azevedo:

a distinção entre partidos clandestinos ou paralelos no PT, agrupamentos ou organizações parapartidários, facções ou tendências internas (no PT ou ao PT, a depender da análise) varia conforme a ênfase que se dá a uma ou outra característica de cada grupo.” (AZEVEDO, 1995; p. 79).

Entre a constelação de agrupamentos, partidos, facções e tendências podemos encontrar: a Ação Popular Marxista Leninista (APML), Política Operária (POLOP); Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Ação Libertadora Nacional (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Ala Vermelha (ALA); Convergência Socialista (CS); Democracia Socialista (DS). Mais tarde, um ano após a fundação, aderiu ao PT à corrente Liberdade e Luta, O Trabalho. Em 1985, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), grupo que romperá com o PC do B alguns anos antes, também ingressou no PT apesar de manter durante vários meses uma dupla militância no MDB e no PT, e portavozes públicos do PRC.

1.2. As Organizações Trotskistas.

Uma constelação de agrupamentos políticos participaram da fundação do PT. Entre eles podemos encontrar diferentes concepções defendidas. A pesquisa de Antonio Ozai da Silva (1986) é referencial na discussão acerca das tendências no Brasil.

A corrente O Trabalho, que foi mais conhecida pelo nome de Libelu (Liberdade e Luta), era uma chapa estudantil que disputou eleições ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Este agrupamento político foi impulsionado pela Organização Socialista Internacionalista (OSI) e fazia uma análise de que os sindicatos oficiais atrelados a CLT travavam lutas políticas através de reivindicações era incompatível com a tese de autonomia sindical, que está presente no Manifesto Programa do Partido dos Trabalhadores, cuja era a tese defendida por esta tendência, ou seja, os sindicatos deveriam ser dirigidos por uma política independente.

Referente ao Partido dos Trabalhadores sua posição era de que este não representa um partido revolucionário e coloca-se contra o seu surgimento. Como afirma o Antonio Ozai em relação às propostas da OSI encontradas em sua I Conferência Nacional:

O PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente. É uma resposta que atende aos interesses de auto-preservação da pelegada 'autêntica', bem entendido. Porém, para os trabalhadores o importante é conhecer as intenções ocultas dos pelegos; o importante é que o PMDB é inaceitável como partido, como também é inaceitável a limitação de suas lutas no plano sindical. (SILVA: 1986; p. 180).

No entanto, as propostas da OSI modificam-se conforme o tempo. Em IV Congresso, como afirma Antonio Ozai (1986), a organização opta pelo PT considerando que o partido se constrói como uma opção do operariado pelas relações que tem com as massas e que, "construir o PT, contribui com a construção do partido revolucionário." A OSI tentava uma aproximação com a Articulação dos 113, pois considera que esta corrente é o pilar de sustentação do Partido dos Trabalhadores. Esta foi uma tentativa de levar as influências da IV Internacional ao partido, acreditava-se que se aproximando da articulação dos 113, acreditando que esta transformaria-se em mais uma organização da IV Internacional.

Ao ingressar no PT, a OSI defendeu que ele se construísse como um partido de classe, combatendo a ideia de um partido 'dos trabalhadores e da sociedade' ou de um 'partido aberto'. Conforme Karepovs e Leal (2007) deveria-se lutar pelo término da ditadura brasileira, deveria romper os acordos firmados pelos governos com o imperialismo, lutar pela independência nacional, etc. Ainda lembram que conjuntamente com a Convergência Socialista um manifesto 'Em 82 vote PT – Contra a

ditadura, os patrões e seus partidos'. Ao longo de 1984, defenderam a convocação de uma Assembleia Constituinte e não participação das oposições no colégio eleitoral.

Conforme a execução de novos Congressos a OSI adota o nome de Fração da IV Internacional e tenta uma aproximação no sentido de aprofundar sua integração ao PT. Mais tarde adota o nome O Trabalho e passa a ser uma corrente do PT respeitando e adotando as suas resoluções.

A Causa Operária (CO) surgiu de uma cisão do Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI). A CO desde o surgimento do PT tentou influir em seu destino travando debates acerca da organização e atuação do partido. Defendia a formação de comitês pelo PT nos sindicatos para organizá-los a partir de seu lugar de trabalho, tentando fazer com que o PT estivesse organizado nos sindicatos, classista e de massas; um partido operário. A Causa operária sempre se recusou encampar as propostas da Articulação dos 113 e também com outras correntes petistas, o seu pequeno número de militantes aliado a falta de correspondência com as demais organizações que se encontravam no PT fizeram com a organização ficasse isolada no partido e conseqüentemente do movimento operário.

A história da Convergência Socialista (CS) remonta de brasileiros que estavam no exílio na Argentina e possuíam uma publicação chamada "Independência Operária". Estes exilados organizaram-se em torno da Tendência Leninista-Trotskista do Secretariado Unificado (SU) que junto com militantes da FBT formaram a Liga Operária, que tinha como referência o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina. Em 1977, a Liga Operária passa a chamar-se Partido Socialista dos Trabalhadores e lança o movimento Convergência Socialista, que tinha como objetivos aglutinar militantes socialistas para a formação de um partido no Brasil. Em 1979 o PST passa a se chamar Convergência Socialista, nome de sua publicação.

A Convergência Socialista desde o lançamento do PT, encampou a ideia de formação do partido, mas sempre formulando muitas críticas referentes às formas de organização. Acredita que por serem uma organização da IV Internacional com a proposta de construir o Partido Revolucionário no Brasil, ou seja, o Partido da IV Internacional, definiram suas posições a favor da construção do Partido dos Trabalhadores em contraposição as propostas do Partido Comunista Brasileiro, que era analisado como um partido contrarrevolucionário. Entretanto, ao encampar a ideia da construção do PT, suas críticas estavam voltadas a direção petista, que estaria conduzindo o partido a uma política de conciliação com a burguesia e ao capitalismo e,

que o partido estaria caminhando para tornar-se simplesmente eleitoreiro abandonando as lutas sociais.

Karepovs e Leal (2007) apontam as tensões internas da CS ao entrarem no partido. Houve uma divisão interna da organização ao acreditarem que o PT poderia representar o embrião do partido revolucionário.

Portanto desde o começo se estabeleceu uma relação tensa, em que a Convergência Socialista sofreu pressões diluidoras em seu novo meio de trabalho, tendo que se esforçar por delimitar seu território, pressionando para que o PT mantivesse um caráter classista e uma orientação programática socialista. (Karepovs e Leal: 2007; p. 173).

Conforme documento oficial (BASES PROGRAMÁTICAS: 1988) da Convergência Socialista, o PT seria uma proposta pequeno-burguesa, pois em lugar de ter como base as organizações operárias de massas, é uma proposta de aliança da burocracia sindical com os grupos pequeno-burgueses de esquerda baseada na formação de núcleos o que não supera o chamado nacionalismo burguês. Defendiam a formação de frações sindicais² que deveriam possuir autonomia de atuação independentemente da vinculação partidária. (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA: 1988).

Para a CS o processo de transição foi reflexo das lutas populares que teriam forçado a derrubada da ditadura militar, o que teria representado um momento de ruptura revolucionária. Com esta análise a CS aprofunda sua atuação na CUT e tenta implementar uma política de classe na busca de unidade do movimento operário. Acreditavam na ideia de que seria o embrião do Partido Revolucionário.

Karepovs e Leal (2007) afirmam que a organização em 1984 perceberam a necessidade de lutar por uma Constituinte livre, democrática e soberana e contra o pacto social, ao analisarem que Tancredo Neves, presidente eleito, tentaria impedir as

² O debate estabelecido é a atitude a ser tomada perante a estrutura sindical. Frederico (1994) afirma que os comunistas defendiam a 'Unidade Sindical'. Esta orientação era uma tentativa de manter a unidade do movimento sindical. Os outros segmentos defenderam a ideia de unidade somente entre os setores combativos, que na verdade consiste em não fazer alianças com os comunistas na tentativa, de Lula e setores ligados a esse novo sindicalismo, de conquistar a hegemonia frente ao movimento sindical. O PCB procurava conquistar as entidades sindicais. A linha política do partido para alavancar as entidades seguia a orientação leninista. De outro lado, diversos grupos de esquerda procuraram uma fórmula alternativa para reerguer o movimento dos trabalhadores. Essas organizações tentavam organizar os trabalhadores fora da estrutura sindical.

lutas, mobilizações populares e greves. Com o perfil da Constituinte definido, a Convergência Socialista defendeu que o PT não deveria assinar o texto³.

Em 1979 surgiu a Democracia Socialista (DS), formada a partir de Dissidências Estudantis de Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Segundo Antonio Ozai (1986), um dos fatores que permitiram a formação da DS foi à participação da Dissidência mineira e do Sul na criação do jornal “Em Tempo”⁴. A Democracia Socialista participou do PT desde sua fundação. Em 1983, com surgimento da Articulação dos 113 a organização passa formar articulações em composição com outras tendências que atuavam no PT. A DS compôs a “Alternativa Operária e Popular”, destacando como principal força política visando construir uma articulação de esquerda revolucionária no PT. Esta articulação baseava-se na defesa da “independência política da classe trabalhadora”, “uma alternativa operária e popular”, “uma opção pela revolução brasileira”, “a democracia operária na construção do socialismo”, “a luta pela construção do PT como um partido militante, dirigente das lutas dos trabalhadores”, entre outras plataformas políticas.

Na leitura realizada por Karepovs e Leal (2007) o jornal Em Tempo, porta-voz da DS, propunha que o Partido dos Trabalhadores encapasse a plataforma de apoio à construção de uma Assembleia Nacional Constituinte, combinando o processo de sua construção com a luta pela derrubada da ditadura militar. Durante as eleições de 1982 lançaram candidatos próprios com a palavra de ordem ‘Trabalhador vota em trabalhador’, pois acreditavam que este mote animaria os trabalhadores e diminuiriam o controle da burguesia sobre a classe trabalhadora.

A Democracia Socialista propunha construir um partido revolucionário que fosse capaz de dirigir a revolução brasileira. Esta revolução abrangeria um processo de massas, que entrariam no cenário político para fazer enfrentamento ao Estado, construindo assim um novo poder político a partir dos órgãos criados pela auto-organização dos trabalhadores.

³ Embora o Diretório Nacional (DN) do PT tenha aprovado a rejeição da Carta Constitucional, optou por assiná-la, como forma de participar do jogo institucional.

⁴ Conforme Karepovs e Leal (2007) o jornal Em Tempo agregaria, em sua primeira fase, grupos tão variados como o Centelha, de Minas Gerais, o Nova Proposta, do Rio Grande do Sul, o Movimento pela Emancipação do Proletariado, o Sub-Frente, a Ação Popular Marxista-Leninista, o Grupo Debate, o MR-8, representantes da OSI e independentes.

As posições assumidas pela DS tiveram a influência marcante do SU da IV Internacional, por quem os líderes da Democracia Socialista já eram influenciados antes mesmo da fundação do grupo. Em linhas gerais, a corrente dirigida por Mandel criticava a experiência stalinista e todas as outras formas de Estado burocrático, qualificados como “degenerados ou deformados”, e defendiam a ditadura do proletariado com democracia socialista, no que o partido revolucionário teria um papel fundamental a desempenhar. O SU afirmava que os Estados tinham uma natureza de classe, e que, como tal, serviam de instrumento para manter no poder uma determinada classe, o que o levava à conclusão de que “todos os Estados são ditaduras”. Nesse sentido é que a democracia burguesa representava a ditadura da classe que controlava o Estado (ditadura burguesa), mas que, contraditoriamente, era minoria em relação à classe proletariada. (ÂNGELO: 2007; p. 03).

Conforme os Cadernos de teses da DS, o PT quando surgiu representava um passo histórico para o proletariado brasileiro. “Representa um esforço dos setores fundamentais da vanguarda do movimento operário e popular no sentido de construir um partido próprio dos trabalhadores, com uma política própria.” (DS, 1988, p. 9). O PT também representaria o único partido em oposição a transição em curso no Brasil, que estava oposto a conciliação de classes, que tinha como metas os interesses dos trabalhadores.

Para a DS o PT seria um partido estratégico. Seria necessária a construção de uma nova direção, uma nova hegemonia, que seja fruto de um amplo reagrupamento em seu interior, unificando todos os setores que defendem a independência de classe dos trabalhadores. Esta nova direção contaria com a participação da Articulação dos 113, procurando construir uma fusão dos setores revolucionários com o setor da vanguarda classista.

Segundo Karepovs e Leal (2007) a Democracia Socialista, ao longo da campanha pelas Diretas-já, propôs que o PT lutasse para conquistar a hegemonia do movimento. Deveria o partido fazer com que a campanha negasse tudo o que a ditadura representava, lutando assim, por uma Assembleia Constituinte e por um governo dos trabalhadores. Com o falecimento de Tancredo Neves, a DS defendeu a convocação imediata de eleições gerais para Presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte.

Com a instauração do Congresso Constituinte, a organização posicionou-se contrário a entregar todo o poder ao congresso, que havia sido proposto pela Convergência Socialista. Visualizavam que a composição do parlamento era extremamente conservadora.

A direita detinha 21,8% das cadeiras, os conservadores de centro-direita, 17,7%, e os liberais de centro, 47,5%. Naquelas condições, ‘defender todo o poder à Constituinte só poderia ter um significado: o de fortalecer nas massas a ilusão numa democracia autoritária, o de apoiar objetivamente a estratégia de transição à democracia moldada e controlada pela burguesia’. (Karepovs e Leal: 2007; p. 213).

1.3. As Organizações Marxista-Leninistas.

A Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária (OCML - PO), mais conhecida como Nova Polop, enxerga que o rápido crescimento petista está ligado ao descrédito que a classe trabalhadora deposita nas alternativas políticas existentes, seja no MDB ou no PTB, cujas alianças com as classes dominantes deixaram as reivindicações das classes subalternas em segundo plano.

Na publicação da organização, Política Operária, define o PT “como um partido organizado pela base, presente nas lutas das massas trabalhadoras e que pretende unificá-las.” (OCML-PO, 1980, p. 14). O PT está organizado na luta contra o poder econômico e político dominantes. É um partido que visa à autonomia dos trabalhadores através das lutas emancipatórias, como por exemplo, a luta pela autonomia sindical, lutas salariais.

A OCML-PO acredita que o PT por ser expressão mais avançada da classe trabalhadora no Brasil possibilitará a construção de um partido revolucionário capaz de dirigir a revolução brasileira. No entanto, dirige críticas à direção petista, acusando-a de “cupulismo”, como expressão da experiência política da década de “chumbo”, ou seja, o período caracterizado pela existência e lutas de organizações clandestinas revolucionárias. Enfatiza que os núcleos de base formados pelo PT caracterizam uma forma de organização peculiar, que permitirá a discussão de diversas organizações incluídas no PT, como fruto da democracia interna do partido.

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) teve sua fundação em 1984. Oriundos de uma cisão do Partido Comunista do Brasil por acreditarem que este seria um partido que estaria oscilando entre a burguesia e a classe operária sem uma definição ideológica precisa. O Partido dos Trabalhadores teria um caráter reformista que prega a ascensão das massas através da ordem capitalista vigente. Definem-se como uma organização marxista-leninista e formula críticas as correntes trotskistas e ao stalinismo como degeneração do pensamento marxista. Em 1985 decide entrar para o PT por

acreditarem que este seria o único partido não integrado com a transição burguesa. Segundo as afirmações acerca do Partido dos Trabalhadores em seu II Congresso, afirma:

Trata-se de uma organização político-frentista hegemônica por posições reformistas, aprisionada nos marcos da ideologia burguesa dominante na sociedade e com a qual só uma ideologia revolucionária pode romper. Não esperamos, tampouco, que o PT venha a se transformar em um partido revolucionário marxista-leninista, pois as premissas ideológicas deste último são totalmente diferentes. (II CONGRESSO, 1985).

Entende que este seria então um partido de frente de esquerdas, que agruparia uma constelação de partidos e tendências em seu interior. O PRC não colocasse como uma tendência do petista, define-se como uma organização política revolucionária clandestina, com existência própria, autônoma, que define sua atuação partidária-legal de seus militantes, como filiados individuais.

O Movimento Comunista Revolucionário (MCR) foi fundado em 1985 e é uma fusão do MEP, da Ala Vermelha, OCDP. Para o MCR, a construção do Partido dos Trabalhadores passa pelo combate ao basismo, ao obreirismo e à supremacia das correntes autonomistas e social-democrata. Em seu I Congresso afirma que trabalham para construir um PT como um amplo instrumento político, que represente a unidade dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Não acreditam na ideia de que o PT seja um partido revolucionário, por não assumir uma definição ideológica. Reconhece que o partido cumpre um papel estratégico para a revolução brasileira, por reunir diversos setores da classe trabalhadora. O MCR luta pela unificação dos comunistas revolucionários brasileiros em um único partido. Nas condições objetivas brasileiras, a revolução tem um caráter socialista, pois visa “criar e assegurar as condições para a transição do capitalismo ao socialismo e cumprir as tarefas democráticas, anti-monopolistas e anti-imperialistas.

1.4. Articulação dos 113.

A Articulação dos 113 surge em 1983 como fruto de oposição as correntes organizadas no interior do Partido dos Trabalhadores. Formada por setores ligados a Lula, os sindicalistas, setores da Igreja Católica progressista, setores marxistas

ligados ao pensamento da revolução cubana, além de outros quadros marxistas. Criticava a atuação das organizações internas ao PT, como se fossem “partidos dentro do partido”, e suas concepções acerca do partido. Falavam que o PT não surgiu do seio destes movimentos revolucionários e que a atuação destes atrapalhava a proposta do partido aberto e de massas.

Segundo a Edição resumida dos textos com as propostas políticas da Articulação, divulgada a época de seu surgimento, o partido vivia uma crise relacionada a resultados eleitorais, divergências internas, falta de propostas, cujo enfrentamento demandaria da superação de duas “tendências” que então se verificavam no partido: Uma tendência reúne militantes vinculados ao pensamento marxista, oriundos de organizações marxistas, a outra tendência é formada por aqueles que defendem a autonomia política dos trabalhadores, vinculados ao pensamento anticomunista, mas também, vinculados a crítica a socialdemocracia formados basicamente por setores da Igreja, sindicalistas, intelectuais, estudantes e movimentos populares. Assim, a Articulação, na maior parte das vezes, analisa os setores marxistas do PT, como formuladores de uma proposta estreita, vanguardista e tradicional de partido de classe operária, confundindo o partido com os pequenos agrupamentos que habitualmente se intitulam representantes das massas exploradas, em vez de contribuírem a construir uma organização política forte, coesa, democrática e de massas, preferem se organizar à parte do PT.

A Articulação critica as concepções adotadas pelas organizações que definiam o PT como frente de forças políticas. O MEP, por exemplo, acreditava na possibilidade de o partido ser esta frente de partidos de esquerda por possuir um conjunto de forças sociais e políticas em seu interior. Baseado nestas implicações a carta aberta aos militantes do PT diz:

Definir o PT como ‘frente de forças políticas’ quer dizer o contrário da concepção original do PT, porque uma frente deste tipo, é a expressão de pontos comuns de forças políticas diversas, até mesmo de partidos políticos diferentes, em seus programas, em seus princípios, que se unem na luta concreta em determinado momento. É reduzir o PT a uma frente de grupos de esquerda, que ditariam seus caminhos. É reduzir o PT a uma colcha de retalhos, cujas posições políticas seriam o denominador comum às forças que o compõem. Finalmente, é reduzir o PT a uma situação pior do que era o antigo MDB, porque este era um partido tradicional da oposição burguesa hegemônico pelos liberais, que abrigava forças políticas diversas inclusive algumas correntes de esquerda; enquanto hoje, o PT, por

essa concepção teria seu caráter e sua política determinados pelo conchavo entre os grupos de esquerda à revelia da grande massa dos trabalhadores que aderiram. (VIANA, 1991, p. 107-108).

Com esta passagem constatamos que o Partido dos Trabalhadores pretende ser um representante da classe trabalhadora, com política e programa próprios. Pretende participar das lutas políticas e sociais brasileiras, como o movimento sindical, o movimento de mulheres, de negros, ou seja, de todas as minorias existentes no país. Por isso a Articulação dos 113 acredita que seja um partido de massas, democrático e socialista.

Sendo assim, a Articulação surgiu como uma corrente do PT que promovia críticas as organizações de esquerda por acreditarem que elas impediam a construção de um partido autônomo.

Outro enfoque que assumiu grande importância para os grupos de esquerda que atuam dentro do PT, é saber se ele é tático ou estratégico. O partido tático seria aquele que é útil para lutar em determinadas momentos ou conjunturas. As correntes de esquerda acreditavam que seria útil na luta contra a ditadura militar, para unificar o movimento sindical e popular, mas seria capaz de transformar-se em partido revolucionário. Já o partido estratégico seria capaz de conduzir a revolução político-social, assumindo o poder político, e estabelecer um poder proletário.

Nos textos publicados no Caderno de Teses Nacionais podemos perceber uma guinada a esquerda da Articulação dos 113. O texto sobre a linha sindical tenta definir o sindicalismo classista, como “independência em relação à burguesia e ao estado burguês”; “democracia operária nos sindicatos” e, alerta que sem democracia interna não há sindicalismo de classe. No texto que aborda a política de alianças propõem a “frente única classista” com os “partidos e organizações socialistas”, também propõem a “frente democrática popular”, uma aliança da classe operária com outras classes sociais, que devem integrar-se ao projeto socialista. A proposta de um governo democrático-popular e programa democrático-popular está ligada a ideia da conquista da hegemonia do proletariado na frente, que seria uma etapa democrática e popular e marca o início da transição ao socialismo. O texto sobre socialismo afirma que a conquista do socialismo só se deu por via revolucionária, seja através da tática da insurreição, seja pela tática da guerra revolucionária, seja ainda por uma tática que combine formas variadas de lutas revolucionárias.

Estes textos foram apresentados no Encontro Estadual de São Paulo com partes resumidas e algumas modificações. Posteriormente estes textos foram apresentados ao V Encontro Nacional sendo aprovado com algumas emendas. Estas propostas mais a esquerda deve-se ao fato da Articulação possuir em sua corrente marxistas ligados ao castrismo, assim como outros quadros ligados ao pensamento marxista.

Ao assumirmos que a Articulação seja a tendência majoritária do Partido dos Trabalhadores e, que suas teses e propostas foram aprovadas em todos os Encontros Nacionais que aqui nos propomos analisar, e que estas discussões travadas entre as diferentes organizações e tendências são a expressão dos primeiros anos de vida petista, ou seja, representam as formulações contidas nos quatro primeiros Encontros Nacionais, torna-se necessário então o aprofundamento das análises acerca da Articulação, no que diz respeito as suas relações com as demais tendências, facções, partidos e grupos internos do PT, e ainda mais, um exame crítico relacionado sua postura frente ao Estado capitalista e o cesarismo militar, suas formas de organização, disputas eleitorais.

1.5. Considerações Finais.

O Partido dos Trabalhadores é uma organização que surgiu de uma trama muito particular da vida social e política brasileira. Surgiu em um período delimitado pelas verificadas derrotadas da luta armada, que ao longo das décadas de 1960 e 1970 enfrentaram a ditadura militar, de um tempo que os operários do ABCD paulista realizaram as famosas greves de 1978 e 1979, particularmente.

No ano de 1980 é oficialmente lançado a público o Partido dos Trabalhadores. Em suas propostas encontradas no Manifesto e no Programa estavam presentes teses de que o PT nascera como um contraponto aos partidos tradicionais da direita do espectro político, no que diz respeito ao seu eleitoralismo, e também em contraposição aos Partidos Comunistas, que consideravam o marxismo-leninismo como teoria central do partido. Opta assim, por se construir com princípios de valorização da autonomia dos trabalhadores enfatizando o debate de uma democracia interna, de um socialismo democrático.

Estavam presentes a sua fundação os dirigentes dos sindicatos oriundos do processo grevista de 1978 e 1979, organizações que pertenceram ao período da luta armada como a ALN, AP, MEP, Ala Vermelha, entre outros, também estavam presentes o PCB, PC do B, setores do MDB, algumas organizações trotskistas como a Causa Operária, Convergência Socialista, e a Igreja Católica representada pela Teologia da Libertação.

Com a influência das organizações marxistas em seu interior podemos constatar o surgimento de um núcleo marxista na Articulação, que tornaria-se o setor majoritário do PT.

O Partido dos Trabalhadores passa a ser preocupar com aquilo que Gramsci intitulou de pequena política, ou seja, a atenção petista estava voltada aos assuntos cotidianos, eleitorais, presentes nas disputas pela predominância no poder por setores que representam a mesma fração de classe e ideologia.

Assim, observarmos que as resoluções políticas no decorrer dos anos, ou seja, 1987-1991, tornou-se emblemática a grande modificação em sua linha política. O PT tornaria-se uma organização política-partidária que abandonaria as lutas reivindicatórias dos movimentos sociais classistas e adotaria a luta institucional e a democracia representativa como objetivos centrais em sua atuação política. Portanto, fica evidenciado, em sua trajetória, sua ruptura com os movimentos sociais classistas, ao

assumir uma agenda estritamente eleitoral, suas propostas, presentes principalmente às eleições de 1989 de nacional-estatismo, com perspectivas socialistas, à moderação de sua atuação política e suas proposições. Transformou-se assim em um partido profissional comprometido com a administração pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Vitor Amorim de. *A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. Dissertação (Mestrado) – Ufscar, São Carlos, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, n.20, junho, 2003.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A Estrela Partida ao meio*. Ambiguidades do pensamento petista. Entrelinhas: São Paulo, 1995.

BALBACHEVSKY, Elisabeth; HOLSHACKER, Denilde Oliveira. Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opinião Pública*, Campinas, v. X, n. 02, outubro, 2004.

BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura (1978 – 1980)*, 1991. Dissertação (Mestrado) História, FFLCH da USP, São Paulo.

BETTO, Frei. Cristianismo e marxismo. In: LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BETTO, Frei. A Educação nas classes populares. In: *Encontros com a civilização brasileira*. v.13 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BORON, Atílio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A Hora do Mercado*. Crítica do Liberalismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CADERNOS DA ARTICULAÇÃO. Teses Nacionais. Por um PT de massas, democrático e socialista. São Paulo: 1987.

CADERNOS DA DEMOCRACIA SOCIALISTA. Teses. São Paulo, 1988.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo dependente, autocrítica burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. In: *Instituto de estudos avançados da universidade de São Paulo*. 1994.

CARONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. Da morte política a consagração. Indagações sobre o significado da reeleição de Lula. *Revista Novos Rumos*, novembro, 2006.

Causa Operária. Bases Programáticas: A Luta por um partido operário no Brasil. São Paulo: n° 1, set., 1988.

_____. Sobre a resolução do DN do PT. São Paulo: n° 105. Abril, 1990.

_____. Contra a expulsão da Causa Operária. São Paulo: n° 105. Abril, 1990.

_____. “A Liberdade é sempre e apenas liberdade para quem pensa de modo diferente”. São Paulo: n° 110. Julho, 1990.

_____. Resolução do DN. São Paulo: n° 110. Julho, 1990.

_____. Em defesa do direito de tendência no PT. São Paulo: n° 110. Setembro, 1990.

_____. Pela reversão da decisão do DN. São Paulo: n° 112. Setembro, 1990.

CERVI, Emerson Urizzi; SOUZA, Nelson Rosário de; VEIGA, Luciana Fernandes. As estratégias de retórica na disputa pela prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante. Campinas, Opinião Pública. VOL. 13, n° 01, junho, 2007.

CICONE, Reinaldo Barros. *Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1995.

COUTINHO, Aline de Almeida. MIGUEL, Luis Felipe. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. Campinas: Opinião Pública. Vol. 13, n° 01, junho, 2007.

COSTA, João Bosco de Araújo. *O Imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local*. Tese (Doutoramento). São Paulo, PUC, 1998.

Chauí, Marilena. *O PT leve e suave?* São Paulo: Ed. Brasiliense. 1986.

DAVID, Samuel. As bases do petismo. Campinas: Opinião Pública. VOL. X, n° 02, Outubro, 2004.

DELGADO. Maria do Carmo. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo*. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC, 2007.

Desvios. A Rebelião do coro, autonomia e vontade política. São Paulo: n° 2, ago/ 1983.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo. In Revista Brasileira da História das Religiões. Ano I, n° 1.

- Diretório Nacional. O PT e as Organizações. São Paulo, 1990.
- DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação. In LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina. Uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: ed. Perseu Abramo, 1999.
- Em Tempo. O PT e o partido revolucionário no Brasil. São Paulo, 1981.
- _____. A “Nova Esquerda” e o marxismo. São Paulo: n° 239. Outubro, 1989.
- _____. VII Encontro: a consolidação da democracia. São Paulo: n° 245, junho, 1990.
- _____. Regulamentação das tendências internas. São Paulo: n° 245, junho, 1990.
- _____. O PT e as eleições de 90. São Paulo: n° 246, jul/ 1990.
- _____. A Esperança não foi as urnas. São Paulo: n° 248. Outubro/novembro, 1990.
- _____. Morte do Comunismo? São Paulo: n° 248. Outubro/novembro, 1990.
- _____. Congresso do PT: Acertando o rumo. São Paulo: n° 252. Agosto, 1991.
- _____. As letras do I Congresso. São Paulo: n° 252. Agosto, 1991.
- _____. As tendências e a construção partidária. São Paulo: n° 252. Agosto, 1991.
- _____. Uma crítica ao “Projeto para o Brasil”. São Paulo: n° 255. Novembro, 1991.
- _____. Venceu a democracia. São Paulo: n° 256. Dezembro, 1991.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. Frente Popular Brasil – Da aliança à Solidariedade. Teoria e Debate. São Paulo: N° 08. out.; nov.; dez., 1989.
- FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira (orgs). *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda dos 1961-1971*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- FILOMENA, Cesar Luciano. *O agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal: a experiência da administração em Porto Alegre*. Porto Alegre: PUC, 2006.
- FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de. *Acre: uma experiência nova de governança?* Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2006.
- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, OTAVIANO. *Para que PT: origem, projeto e consolidação do partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GARCIA, Marco Aurélio. “Esquerdas: rupturas e continuidades”. Evelina Dagnino (org.) *Anos 90: sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GENRO, Tarso. Os desafios da tragédia. Estudos Avançados. N° 14, 2000.

GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais*, São Paulo: Loyola, 1995.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas à esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

JR, Armando Boito. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREINACHER, Norbert. Teologia no “Primeiro Mundo”? In BOFF, Leonardo (org). *Igreja: Entre norte e sul*. São Paulo: ED. Ática, 1995.

GURGEL, Claudio. *Estrelas e borboletas: Origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: ed. Papagaio, 1989.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: edições graal, 1978, p.11 e seguintes.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. Editora: Expressão Popular, São Paulo, 2006.

KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

KAREPOVSS, Dainis e LEAL, Murilo. Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000. IN RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

LENIN, V. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.

LIBARDI, Ana Paula de Souza. A Guerrilha armada: A ALN na imprensa (1969-1974). In Revista Agora. Vitória: n° 6, 2007.

Manifesto, Programa, Estatuto e Discurso de encerramento da 1ª Convenção Nacional. São Paulo: 1981.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado: 1980-2005*. IN RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

MENEGUELO, Raquel. *PT: A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MESQUITA, Rui Gomes de Mattos de. *O mito democrático-revolucionário da década de 1980: estudo sobre uma experiência radical de democracia*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2005.

MERCADANTE, Aloísio. Trabalhadores: Entre a reação conservadora do "sindicalismo" e a ruptura histórica da CUT. *Revista Teoria & Debate*. São Paulo: N° 01, dezembro de 1987.

Nova Esquerda. *Por uma Nova Esquerda*. São Paulo, 1989.

NUNES, Paulo Giovanni Antonio. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)*. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2003.

O que é a Democracia Socialista. *As posições políticas da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista*. São Paulo. 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. *Qual é a do PT?* Ed. Brasiliense: SP, 1986.

OTTOMANN, Goetz. *Cidadania mediada. Processos de democratização da política municipal no Brasil*. *Novos Estudos*. N° 74, 2006.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 5º Encontro Nacional*. São Paulo: 1987.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 6º Encontro Nacional*. São Paulo: 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 7º Encontro Nacional do PT*. São Paulo: 1990.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do I Congresso do PT*. São Paulo: 1991.

Política Operária. *Partido dos trabalhadores: Uma realidade vitoriosa*. São Paulo: n° 1, ago/1980.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. *A Metamorfose. Análise econômica, programa e estratégia do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Tese de doutorado. São Paulo: USP (FFLCH), 2005.

PONT, Raul. *Breve História do PT. 1979-1991: das origens ao 1º Congresso*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- RAMOS, Alcides Freire. *A luta contra a ditadura militar e os intelectuais de esquerda*. In Revista de História e Estudos Culturais. Universidade estadual de Uberlândia: vol. 3, nº 1, jan/fev/mar/ 2006.
- REBELO, Aldo. *No olho do furacão. Luiza Erundina. A campanha e a vitória*. Ed. Alfa - Omega: 1989, SP.
- REIS, Daniel Aarão (org). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- MCR. *Resoluções do 1º Congresso do Movimento Comunista Revolucionário*. São Paulo, 1985.
- RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas Armadas Urbanas 1964-1974*. IN RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SADER, Emir (org). *Gramsci: poder, política e partido*. Expressão Popular: São Paulo, 2005.
- SILVA. Antonio Ozaí da. *História da tendências no Brasil. Origens, cisões e propostas*. São Paulo: Dag Editorial, [1986?].
- _____. *O Trabalho (OT) – Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores*. REA: 2001. Ano I, nº 01, junho.
- _____. *A Democracia Socialista (DS)*. REA: 2001. Ano I, nº 02, julho.
- _____. *As origens e ideologia do Partido dos Trabalhadores Unificado (PSTU)*. REA: 2001. ANO I, nº 03, agosto.
- _____. *A Causa Operária*. REA: 2001. Ano I, nº 04, setembro.
- _____. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores. (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT)*. REA: 2003. Ano II, nº 22, março.
- _____. *A Esquerda marxista e o PT*. REA: 2008. Nº 87, agosto.
- _____. *A esquerda marxista e o PT II. A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma tendência Marxista (MTM)*. REA: 2008. Nº 89.
- _____. *Nem reforma nem revolução: a estrela é branca*. IN ANGELO, Vitor Amorim e VILLA, Marco Antonio (orgs). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira*. São Carlos: Edufscar, 2009.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo à Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Lincoln Moraes de. *Crônica de um partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000. Tese de doutoramento*. Campinas: Unicamp, 2004.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

O TRABALHO. “*Um balanço do 5º Encontro Nacional do PT: o Partido saiu desarmado*”. Boletim O Trabalho, nº 8 (nº 262) extra, dezembro de 1987.

VERTENTE SOCIALISTA. *Manifesto de constituição da Tendência Nacional interna ao Partido dos Trabalhadores*. Circulação interna ao PT. Março, 1989.

VIANA, Gilney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac, 1991.

WEFFOT, Francisco C. *PT. Um projeto para o Brasil*. Seminário realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de Abril de 1989. Ed. Brasiliense: 1989.